



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

XXIV FEIRA DO FUMEIRO MONTALEGRE

(Discurso do Presidente da Câmara Municipal de Montalegre
- Visita do Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho, - 23 Janeiro 2015)

Exmo. Senhor Primeiro Ministro,

Está V^a Ex.^a em Montalegre, capital das terras de Barroso e da terra fria.

É um concelho enorme, do tamanho da ilha portuguesa que ameaçou independências para sacar cheques e perdões de dívida e que tem a sua população dispersa por 135 localidades onde foi necessário levar todas as infraestruturas necessárias e indispensáveis ao seu bem-estar.

Tarefa hercúlea reconheça-se.

Sofremos, como a generalidade do território, e particularmente os agora pomposamente designados de baixa densidade, para esconder a realidade aos mesmos subjacentes de serem considerados empobrecidos, sem recursos e sem sustentabilidade, e que estão nesta situação porque há muitos anos deixaram de constituir preocupação para as elites pensantes da capital.

Sofremos, dizia, os efeitos nefastos de vermos o território despovoado, sem gente, sem vida, que o mesmo é dizer sem futuro.

Mas não nos rendemos. Pelo contrário.

Assumimo-nos como agentes de planeamento e de construção do nosso futuro.

Futuro que alicerçamos no aproveitamento dos recursos da região, de que esta grande feira é soberano exemplo, e onde o potencial turístico decorrente da diversidade paisagística, da riqueza ambiental, do património cultural, e da forte identidade regional terão de constituir as bases da nossa sustentabilidade social e económica e do nosso futuro coletivo.

Por aqui assumimo-nos como obreiros do nosso destino.

Só que há coisas que não dependem de nós e por isso reclamamos ser parceiros da Administração Central para em conjunto, autarquias e governo, estabelecermos desígnios para o nosso país.

Desígnios esses que não sejam mais o para e arranca de projetos como o TGV ou o porto de águas profundas em que se gastaram milhões para ficarem na gaveta e nos deixarem, agora que Espanha está territorialmente coesa e ligada à Europa com a linha de alta velocidade, na posição humilhante de também nesse contexto estarmos isolados do espaço europeu, o espaço natural da nossa sobrevivência enquanto nação milenar e de prestígio no contexto das demais;

Desígnios que não ignorem que nos termos da Constituição é ao Estado que cabe promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional e a partir daqui se definam políticas de coesão, de desenvolvimento económico de aproveitamento dos recursos, e de implementação de políticas de diferenciação positiva que constituam estímulo à dinamização económica e consequente fixação de pessoas e povoamento do território.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

Dirá V^a Ex.^a e com razão, e então porque esperais?

Já começámos Senhor Primeiro Ministro. Já virámos a agulha para o investimento no potencial agrícola, pecuário e florestal da região como os grandes pilares em que assenta o nosso desenvolvimento.

Se não repare:

Retomámos o processo de produção de batata de semente que foi quem deu nome a Montalegre e a tornou respeitada e conhecida por esse Portugal abaixo;

Estamos a apoiar e incentivar os jovens da nossa terra a investir na produção dos pequenos ruminantes aproveitando o imenso baldio que no seu todo representa 80% do território o que faz com que a pastorícia seja uma atividade onde não há custos de produção a inflacionar-lhe o preço;

Estamos ao lado dos nossos agricultores, os jardineiros de Barroso, que o mesmo é dizer do lado da atividade económica e fomento do emprego quando o Município apoia e suporta os custos da sanidade animal, incentiva a atividade pastoril no ramo da produção caprina, promove a carne Barrosã e o fumeiro, incentiva e estimula o movimento cooperativo, patrocina o surgimento e expansão dos Agrupamentos de Produtores de modo a enfrentarem-se as exigências do comércio global, e envolve os jovens do país Barrosão em dinâmicas de empreendedorismo como aquela que de seguida iremos ter oportunidade de constatar atribuindo um prémio pecuniário aos três melhores projetos estruturados e desenvolvidos em parceria com a EDP que financia, a UM que desenvolve todo o processo de transformação de uma ideia em negócio, e o Município que tal fomenta e proporciona.

Só que tudo isto se torna insuficiente face aos estragos que o despovoamento já provocou no tecido económico, demográfico e social e à monstruosidade do desafio que hoje representa inverter tamanha calamidade.

Estancar o êxodo que desde a entrada na União Europeia (UE) – o maior carrasco do mundo rural – vem em crescendo é o desafio maior que hoje temos à nossa frente.

Tarefa pesada já se vê mas que é para homens e tem de ser para nós que aceitamos estar nestas funções.

E como estancar ou inverter esta desgraça?

Sugiro, neste particular contexto, avançar-se com a elaboração do cadastro da propriedade rústica de modo a dimensionar-se a unidade agrária que é condição indispensável à conquista de novos obreiros ou aderentes ao amanhã da terra.

Uma máquina faz mais que uma aldeia inteira mas tem de haver terra onde possa manobrar. E também já não estamos mais em tempo de pensar que é de enxada na mão ou carregando sacos e cestos às costas que se aliciam aderentes para esta atividade e se conquista ou entra no mercado global sempre tão competitivo e concorrencial.

Urge depois pôr fim à saga do encerramento de mais serviços.

O Estado tão diligente que é – e bem – a apoiar cidadãos nacionais envolvidos em borrascas ou turbulências, independentemente do sítio onde ocorram, não pode, internamente, abandonar – os já de si mais vulneráveis e desprotegidos retirando-lhes serviços de proximidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

PRESIDÊNCIA

É o exercício da soberania, da defesa, da autoridade democrática do Estado e da proteção dos cidadãos que está em causa e que ao não ser exercido na sua plenitude menoriza e esvazia o conceito de nação.

Assiste-se já, verdade seja dita, a uma alteração do anquilosado e atávico figurino ao enveredar-se pela implementação do programa Aproximar e ao anunciado propósito de contratualizar com as autarquias responsabilidades na área da saúde, da educação e segurança social.

As autarquias não são contra a assunção de responsabilidades que visem a modernização e eficácia dos serviços.

Só que tudo tem de ser muito amadurecido pois continuamente o Estado dá provas de não ser pessoa de bem.

E Montalegre que assumiu há anos responsabilidades protocoladas para a área da Educação sabe do que fala e tem razões de queixa.

Só que tentativas avulsas de descentralização não podem atrasar por muito mais tempo o que urge e se torna inadiável fazer e que é a Regionalização.

A regionalização, propósito badalado durante décadas a fio esfumou-se num referendo de má memória o que prova nunca ter sido verdadeiramente um desígnio. Isto é, os políticos falavam dela porque era assunto em voga ou porque não sabiam ou nem teriam mais nada para dizer.

Mas continua a fazer todo o sentido Senhor Primeiro Ministro.

Há até quem diga – e eu concordo – ser o abanão de que o Estado precisa. Regiões confinadas aos territórios das CCDR, com órgãos eleitos ou até nomeados pelo governo mas com capacidade de decisão fazem todo o sentido.

Evitam-se correrias de autarcas para Lisboa donde vêm quase sempre de mãos a abanar.

Mais digo, são as regiões tão necessárias para a harmonia, desenvolvimento e coesão nacional como o pão é para a boca. E constituídas livrar-nos-iam de muitas vergonhas.

Dou-lhe um exemplo Senhor Primeiro Ministro:

Há 5 anos atrás, e depois de anos a fio a lutarmos pelo melhoramento da estrada dos nossos sonhos, a Estrada Nacional 103, de Braga a Chaves, e que consideramos absolutamente vital para a nossa sobrevivência porquanto é dali que vêm as mais de 80 mil pessoas que esperamos nesta feira, há cinco anos, dizia, avançaram as Câmaras de Montalegre e Chaves com uma candidatura conjunta para a construção de uma estrada que fizesse a ligação rápida de Montalegre àquela cidade que como polo sub-regional de grande atratividade que é a ela estamos histórica, comercial e culturalmente muito ligados.

A dita estrada desenvolver-se-ia em várias etapas. E de acordo com o planeado iniciou-se o desenvolvimento deste importantíssimo projeto com a edificação de uma ponte situada no limite dos dois territórios e a poucos metros da fronteira galega.

A ponte do nada, ou da malvadez como já tantos lhe chamaram foi construída com os fundos comunitários e a ela estava subjacente ou implícito ter continuidade.

Constata-se agora não haver no acordo de parceria assinado entre o Estado português e a Comissão Europeia um cêntimo para estradas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

Concordo que assim seja.

Mas a circunstância de haver agora no meio do monte uma ponte sem encaixe de qualquer via, sobre um ribeiro transfronteiriço quase sem água, é motivo de desespero e inconformismo para nós que sentimos necessidade absoluta de uma acessibilidade rápida e fácil à A24. E é pretexto de chacota fronteiriça de quem nos olha como um povo que não sabe governar-se.

Por aqui se vê Senhor Primeiro Ministro quão imperioso se torna haver órgãos de decisão regionais para que políticas sem nexo, descontinuadas e de verdadeira desonra ou vergonha não mais possam acontecer.

E que fazer então agora da ponte?

Senhor Primeiro Ministro:

Aceito que o acordo de parceria privilegie os apoios ao investimento, à criação de emprego e internacionalização da economia.

Já temos na verdade estradas a mais mas não posso conformar-me que o Estado se desvincule do papel que lhe cabe de ser o primeiro promotor da coesão territorial e não assuma as responsabilidades que tem de tratar todos por igual e dotar as regiões do interior de uma ligação fácil à rede nacional de autoestradas ou Itinerários Principais onde se gastou o que havia e não havia.

Não sou ingénuo ao ponto de acreditar que V^a Ex.^a se haja rendido aos argumentos da regionalização que trago à liça.

Mas saio desta cerimónia, de boas-vindas, honrosa para nós, absolutamente crente de que V^a Ex.^a tudo fará para por fim à pouca vergonha que a ponte hoje representa.

Basta que o programa de apoio e financiamento à designada *Last Mile* seja majorado numa percentagem donde saia um ganho, uma almofada, ou um fundo que permita que as Estradas de Portugal assumam a conclusão desta obra por troca de troços que são da sua responsabilidade e que passariam assim para a alçada dos dois municípios.

Só que para que tudo isto seja possível é necessária a bênção de V^a Ex.^a já que, quem como eu foi um dia fui tratado como Taliban ou Jihadista por um Secretário de Estado que abordei numa visita a um concelho vizinho para abordar assuntos que, por escrito, coloquei muitas vezes no seu gabinete e de que nunca tive qualquer resposta, não terei peito para chegar com este assunto às Estradas de Portugal.

Como V^a Ex.^a vê é muito pouco o que estamos a pedir.

Senhor Primeiro Ministro:

O concelho de Montalegre, como atrás tive oportunidade de dizer tem a área territorial da ilha da Madeira.

E o Estado a quem cabe promover o bem-estar e a qualidade de vida do seu povo, e a igualdade real entre os portugueses e efetivação dos seus direitos mediante a modernização das estruturas económicas e sociais tudo fará para suprir esta gritante desigualdade de tratamento.

Intra muros, empenhou-se o município de Montalegre em criar uma excelente rede de estradas que aproxima os barrosões e os liga à sede do concelho.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

Digamos que somos um concelho muito bem estruturado com as 135 localidades abrangidas pelo sistema de abastecimento de água e com uma taxa de cobertura de saneamento que ronda os 80% da população.

Temos porém entre nós um outro problema cuja solução só pode ser encontrada no seio do seu governo.

Refiro-me à segurança das pessoas e bens que o único posto da GNR sediado na sede do concelho não está em condições de garantir face a tão grande extensão territorial.

Havia no Baixo Barroso um outro aquartelamento que por falta de condições foi há três anos desativado.

O município assumiu com o comando da GNR o compromisso de suportar os custos de edificação de um novo quartel desde que o Ministério se comprometa a reinstalar os efetivos correspondentes. Apelamos à sua compreensão e empenho por forma a podermos garantir a segurança que as populações do Baixo Barroso reclamam e têm direito.

Inquieta-nos a UCC, que praticamente concluída, se não vislumbre contudo uma data de entrada em funcionamento.

Juntamente com o Senhor Provedor tive oportunidade de colocar esta questão ao Senhor Ministro da Solidariedade que nos prometeu dar ao assunto a atenção devida mas a que não será despidendo pedir desde já o alto patrocínio de V^a Ex.^a.

Deixo para último lugar a famosa Quinta da Veiga.

Nos idos anos 40 cedeu o Município de Montalegre ao Estado a Quinta da Veiga para ali instalar um Posto Zootécnico que mais tarde evoluiu para Posto Experimental do Barroso e funcionou durante mais de 50 anos como espaço de investigação veterinária e de ensaio à introdução de novas culturas.

Tinha como ónus o direito de reversão logo que a função subjacente ao objeto de cedência fosse interrompida.

Foi o que aconteceu há quase uma vintena de anos.

Desde então temos tentado negociar a reversão com o Ministério da Agricultura de quem tivemos sempre a maior abertura e receptividade. Só que quando as coisas chegam à Direção Geral do Tesouro entram num labirinto de onde não mais se sai.

Por que isto se arrasta há mais de uma dúzia de anos intentámos junto do Tribunal Administrativo competente ação de reversão deste património de forma a poder ser colocado ao desenvolvimento da região. Só que a experiência nos diz que assuntos em Tribunal andam quando andam e a experiência nos diz que demorarão anos a decidir-se.

Entretanto há investidores interessados em dinamizar economicamente os 105 hectares em iniciativas viradas para o comércio externo que, estou certo, não terão paciência para tão grande demora.

É mais uma oportunidade que se esvai e lá ficará mais uma vez a região em perda por um dia se ter aventurado em negócios com a distante e insensível Administração Central.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

Senhor Primeiro Ministro:

No final desta cerimónia partimos para uma visita à Feira do Fumeiro. A maior de Portugal em volume de vendas que é o que mais nos praz e motiva.

Por ela V^a Ex.^a ajuizará o quanto preza o Município de Montalegre o apoio e aposta na promoção de produtos locais.

Ajuizará V^a Ex.^a as dinâmicas, as teimosias e sentido de sobrevivência de um povo que não se resigna à morte social a que parece estar condenado.

Por ela V^a Ex.^a ajuizará que aqui se planeia, trabalha e luta na construção do nosso futuro.

Montalegre, 23 Janeiro 2015

O Presidente da Câmara

Manuel Orlando Fernandes Alves